

Nesta primeira aula do curso de ESG, vamos explorar as origens do conceito de desenvolvimento sustentável, a evolução histórica e os principais eventos e documentos que fundamentaram essa ideia no cenário internacional.

Contexto histórico

O ponto de partida para compreender o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento tecnológico e econômico das sociedades, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

O avanço industrial e o aumento da capacidade produtiva levaram a mudanças significativas nos padrões de consumo. A sociedade passou a consumir recursos naturais renováveis e não renováveis em ritmo acelerado, o que provocou sérios impactos ambientais.

A partir da década de 1950, cientistas e estudiosos começaram a alertar sobre os riscos desse modelo de desenvolvimento.

Pesquisas passaram a indicar preocupações com o esgotamento dos recursos naturais, especialmente os não renováveis, caso o consumo continuasse sem controle. Foi nesse contexto que nasceu o movimento ambientalista, entre os anos 1950 e 1960.

O movimento ambientalista

O ambientalismo se estruturou como um movimento social descentralizado, reunindo ONGs, associações e fundações preocupadas com a degradação ambiental. Surgiram então importantes organizações como o Greenpeace e o WWF, que passaram a pressionar por mudanças na forma como os países lidavam com os recursos naturais.

Conferência de Estocolmo – 1972

Na década de 1970, essa preocupação passou a mobilizar também a Organização das Nações Unidas (ONU), que reconheceu a dimensão global da crise ambiental.

Por meio da Resolução 2.398, a ONU convocou a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, considerada o primeiro grande marco do debate ambiental internacional.

Essa conferência teve uma preparação prévia em 1971, na Suíça, e foi marcada por tensões entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento questionavam por que deveriam renunciar a um crescimento industrial semelhante ao que os países ricos já haviam realizado, mesmo que isso envolvesse degradação ambiental.

Apesar disso, durante a conferência, prevaleceu a compreensão da necessidade de uma união global para lidar com o problema. Foi nesse cenário que surgiu o termo "ecodesenvolvimento", proposto pelo economista Ignacy Sachs.

Esse conceito buscava a harmonização entre os objetivos sociais, econômicos e a gestão ecologicamente prudente dos recursos. Ou seja, o desenvolvimento deveria respeitar os limites ambientais, promovendo equidade social e considerando as peculiaridades culturais e geográficas de cada região.

Sachs também propôs as cinco dimensões da sustentabilidade:

- Sustentabilidade social: redução das desigualdades sociais;
- Sustentabilidade econômica: uso eficiente da riqueza para diminuir desigualdades econômicas;
- Sustentabilidade ecológica: uso racional dos recursos naturais, evitando danos às gerações futuras;
- Sustentabilidade espacial: evitar a concentração de atividades econômicas em determinadas regiões;
- Sustentabilidade cultural: respeitar e valorizar as culturas locais no processo de desenvolvimento.

Desenvolvimento sustentável – década de 1980

Na década de 1980, o conceito de ecodesenvolvimento evoluiu para o termo que conhecemos hoje: desenvolvimento sustentável.

Essa definição foi consolidada inicialmente em 1986, durante a Conferência Mundial sobre Conservação e Desenvolvimento, promovida pela organização International Union for Conservation of Nature (IUCN).

O desenvolvimento sustentável passou a ser entendido a partir de quatro princípios:

- Integração entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico;
- Busca pela equidade e justiça social;
- Respeito à diversidade cultural e autodeterminação social;
- Preservação da integridade ecológica.

Em 1987, o conceito ganhou expressão internacional com o lançamento do relatório da ONU intitulado "Nosso Futuro Comum" (Our Common Future), também conhecido como Relatório Brundtland. A definição apresentada nesse documento é até hoje uma das mais citadas:

"Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades."

Esse relatório não apresentou um plano de ação detalhado, mas trouxe um importante alerta: era preciso limitar o uso de recursos naturais para não comprometer o futuro da humanidade.

O desenvolvimento sustentável, então, passou a ser tratado como um objetivo político internacional comum, demandando cooperação global.

Conferência Rio-92 (Eco 92)

A partir do Relatório Brundtland, surgiu a necessidade de uma nova conferência internacional.

Foi assim que, em 1992, ocorreu no Rio de Janeiro a Eco-92 (ou Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento).

Essa conferência resultou em importantes compromissos internacionais, com a assinatura de dois tratados: a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

Também foram elaborados três documentos não vinculantes, mas de grande relevância:

- Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – com princípios jurídicos para orientar a construção do desenvolvimento sustentável;
- Declaração de Princípios sobre Florestas – também chamada de Carta da Floresta;
- Agenda 21 – com diretrizes práticas para que os países formulassesem políticas públicas sustentáveis.

Esse é o panorama introdutório da história do desenvolvimento sustentável.

Rodada de Doha e o papel do comércio

Após a Rio 92, um marco importante foi a Rodada de Doha, realizada em 2001 no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nessa conferência, os países discutiram a relação entre comércio e meio ambiente, reconhecendo que era necessário reduzir barreiras alfandegárias e o protecionismo, especialmente nos países em desenvolvimento, para viabilizar um crescimento econômico sustentável.

A partir de então, a própria OMC passou a integrar o desenvolvimento sustentável entre suas preocupações estruturais.

Rio+10: Joanesburgo e a frustração com os resultados

Em 2002, ocorreu a Rio+10, também chamada de Cúpula de Joanesburgo, cujo objetivo era revisar os compromissos assumidos na Rio 92.

No entanto, a conferência foi duramente criticada. Apesar de resultados econômicos positivos em alguns países, não houve avanços sociais significativos, o que revelou a fragilidade da implementação dos compromissos assumidos dez anos antes.

O desenvolvimento observado não estava sendo acompanhado de efetiva inclusão social e redução das desigualdades. Muitos discursos se revelaram retóricos e distantes de ações concretas.

Rio+20: a aposta na economia verde

A Rio+20, em 2012, teve como principal objetivo a reafirmação dos compromissos anteriores.

O grande destaque foi o conceito de economia verde, entendido como a articulação entre crescimento econômico, erradicação da pobreza, inclusão social e conservação ambiental.

A economia verde deveria impulsionar o bem-estar humano e gerar trabalho decente, ao mesmo tempo em que preserva os ecossistemas do planeta.

Entretanto, o documento final da conferência, intitulado "O Futuro que Queremos", recebeu críticas. Embora tenha reconhecido a relevância da economia verde, faltou consenso sobre o que isso significava concretamente para cada país.

Como resultado, os compromissos ficaram vagos, e os países mantiveram autonomia ampla para definir suas próprias ações, dificultando a implementação coordenada das políticas sustentáveis.

Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Em 2015, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, foi lançada a Agenda 2030, uma proposta global de plano de ação para o desenvolvimento sustentável até o ano de 2030.

Essa agenda foi formalizada por meio da Resolução 70/1, intitulada "Transformando o Nossa Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

A partir dela, foram definidos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que englobam metas concretas e indicadores que os países devem perseguir. Esses objetivos incluem, entre outros:

- Erradicação da pobreza;
- Fome zero;
- Igualdade de gênero;
- Educação de qualidade;
- Água potável e saneamento;
- Energia limpa e acessível;
- Ação contra a mudança global do clima.

Cada país comprometeu-se a alinhar suas políticas públicas com esses objetivos, monitorando o progresso por meio de indicadores técnicos.

OBJETIVOS GLOBAIS

para o Desenvolvimento Sustentável



O Acordo de Paris: compromisso climático

Ainda em 2015, durante a COP21 (21ª Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima), foi firmado o Acordo de Paris, com três compromissos centrais:

- Redução das emissões de dióxido de carbono a partir de 2020;
- Limitação do aumento da temperatura média global a menos de 2°C, buscando preferencialmente restringi-lo a 1,5°C, em comparação com os níveis pré-industriais;
- Elaboração de planos nacionais de redução de emissões, conhecidos como Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).

O Brasil, por exemplo, comprometeu-se a reduzir suas emissões em 37% até 2025 e 43% até 2030, em relação aos níveis de 2005.

COP26 e o avanço nos compromissos

Em 2021, ocorreu a COP26, em Glasgow, na Escócia. Dois grandes compromissos se destacaram:

- Pacto Climático de Glasgow, que reforçou a urgência de limitar o aquecimento global e incentivou a redução gradual do uso de carvão e a eliminação de subsídios ineficazes a combustíveis fósseis;
- Compromisso Global do Metano, visando a redução de 30% das emissões desse gás até 2030.

Além disso, foram concluídas as regras de operacionalização do artigo 6º do Acordo de Paris, que trata do funcionamento dos mercados globais de carbono — um mecanismo de compra e

venda de créditos de carbono entre países.

A pandemia e a conexão ESG

Por fim, vale destacar que a pandemia da COVID-19 serviu como catalisadora das discussões sobre sustentabilidade. Ela evidenciou a interdependência entre saúde pública, meio ambiente, economia e sociedade.

Ficou clara a importância de empresas e governos adotarem práticas ESG (Ambientais, Sociais e de Governança) como parte essencial de suas estratégias.

A crise sanitária mostrou que o desenvolvimento sustentável não é apenas um ideal, mas uma necessidade prática para a sobrevivência e o equilíbrio do planeta.

Ano	Evento	Principais Contribuições
1972	Conferência de Estocolmo	Primeira conferência internacional sobre meio ambiente. Introdução do conceito de ecodesenvolvimento.
1987	Relatório Brundtland	Definição de desenvolvimento sustentável. Alerta para limites do crescimento e preservação para futuras gerações.
1992	Rio 92 (Eco 92)	Tratados sobre biodiversidade e clima, Agenda 21 e Declaração do Rio.
2002	Rio+10 (Joanesburgo)	Revisão da Rio 92. Falta de avanços sociais e críticas à implementação dos compromissos.
2012	Rio+20	Introdução da economia verde. Documento "O Futuro que Queremos".
2015	Agenda 2030 e Acordo de Paris	Lançamento dos 17 ODS e metas climáticas globais com o Acordo de Paris.
2021	COP26 (Glasgow)	Reforço do limite de aquecimento global. Regulação do mercado de carbono e meta global para redução do metano.